CONVIVÊNCIA URBANA, LUGAR DE FALA E CONSTRUÇÃO DO SUJEITO.

FRANÇA, **Vera**
Pós-Doutorado. Pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, EHESS, França; Doutorado em Ciências Sociais pela Université Paris V (René Descartes), U.P. V, França; Mestrado em Antropologia Social e Sociologia Comparada pela Université Paris V (René Descartes), U.P. V, França.

RESUMO
A cidadania, hoje, mais do que um conjunto de deveres e direitos (cívicos, sócio-econômicos e políticos) tem sido pensada na acepção de luta, intervenção política, construção de sujeitos. Nesse sentido, ela encontra uma grande confluência com a problemática da comunicação, do espaço público, da construção do lugar de fala. Entendemos que a luta pela cidadania, que se inscreve num terreno marcado pelas racionalidades típicas das estruturas hegemônicas de poder (das "verticalidades", conforme discussão de M. Santos), depende também das soluções a serem buscadas e construídas localmente - e passam por essa construção de novos lugares de fala, ou espaços públicos periféricos. É este o eixo de nossa reflexão, que tem como objeto de estudo específico a experiência da Rádio Favela - uma rádio criada e desenvolvida por um grupo de moradores de uma favela da cidade de Belo Horizonte, MG, Brasil.

Palavras-chave: Cidadania. Rádio. Espaço público.

1 PEQUENA INTRODUÇÃO "ANEDÓTICA"

Permitam-me começar esta exposição com dois casos - ou duas imagens (vícios da área em que trabalho - a comunicação).

O primeiro deles é uma cena de muitos anos atrás: uma prosaica peça de teatro, da qual participei nos meus primeiros anos de escola. O enredo era bem simples: um quarto de bonecas, de todas as nacionalidades. Quando a menina (dona das bonecas) adormecia, as bonecas saíam de suas caixas, conversavam, dançavam - cada uma contava e cantava a sua terra. Depois a menina acordava; as bonecas voltavam a se imobilizar.

O segundo caso, ou segunda imagem, refere-se a uma cena que vivi há poucos dias. Era um sábado de manhã, e eu fui ao Sacolão antes do horário de costume, por volta das sete horas. O Sacolão estava abrindo, e os três rapazes que trabalham lá acabavam os últimos preparativos para receber os fregueses. Eu os conhecia (sou freguesa do estabelecimento), mas naquele início de manhã tive um grande estranhamento: eles estavam loquazes como nunca os vi. Conversavam alto, falavam de sinuca, de forró, de cerveja, programavam a noite. Na verdade, foi nessa manhã que de fato os vi; pois antes apenas me acostumei a ver diligentes rapazes de uniforme verde que organizavam a pilha de tomates, lustravam as laranjas, tiravam as folhas velhas das verduras. Enquanto eu estava ainda surpreendida, flagrando essa "vida oculta" daqueles jovens, começaram a chegar os outros fregueses. Cada um voltou para o seu lugar e função; a conversa anterior foi substituída pela intervenção e conversas usuais da clientela.

À moda da madalena de Proust, essa última cena evocou o primeiro caso (o teatro das bonecas), que estava esquecido (há algumas dezenas de anos) em algum canto de minha memória. Os planos que se entrecruzaram nas duas representações foram muito semelhantes: realidades superpostas, atores e papéis transversais que se tocavam e se ocultavam. Era como se a realidade de um (da dona das bonecas, da freguesia do Sacolão) levasse à retração do outro (das bonecas, dos rapazes) - mas uma

retração apenas temporária, ou tática. Mundos diversos conviviam, numa espécie de invisibilidade.

A grande diferença entre as duas cenas é que, no segundo caso, não se tratava do reino da fantasia, mas de uma pequena encenação do domínio do real. E enquanto um teatro vivido no domínio da realidade, a análise desse caso suscita duas questões:
- a primeira diz respeito à ordem individual: a vida cotidiana vivida enquanto representação; a encenação de diferentes papéis; a administração das atividades privadas e públicas. Conforme nos lembra a arguta análise de E. Goffmann, aprendemos e transitamos entre papéis: o papel de jovem, de homem, de negro, de brasileiro, de empregado. Fazemos isto de forma já mecânica - para manter a ordem social, para conviver, para sobreviver socialmente;
- a segunda diz respeito a esse espaço da convivência social e, mais particularmente, da convivência urbana; à cidade enquanto palco de múltiplas experiências; aos muitos planos que se entrecruzam na cidade. É essa segunda questão que interessa mais de perto ao nosso estudo.

2 O ACESSO À FALA

Já no início do século XX, R. Park chamava a atenção para a cidade enquanto um grande laboratório social, lugar da mistura e da diferença:
"As cidades sempre foram o cadinho de raças e de culturas. A partir das interações sutis e vívidas de que têm sido os centros, surgem as novas variedades e os novos tipos sociais." (Park, 1972:61)

Ao lado da diversidade e mobilidade dos tipos, o autor enfatiza ainda e contigüidade de mundos que convivem na cidade:
"Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram. Isso possibilita ao indivíduo passar rápida e facilmente de um meio moral a outro, e encoraja a experiência fascinante, mas perigosa, de viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes e contíguos, mas de outras formas amplamente separados." (op.cit.:62)

No entanto, mais do que um lugar de diferença, a cidade é também um lugar de segregação. Os diferentes planos, zonas e papéis vividos na cidade não se entrecruzam em igualdade de condições, mas obedecendo a critérios de pertinência e legitimidade diferenciadas, a uma forte hierarquização. A alguns são reservados lugares menos nobres; a maioria convive sob critérios muito precários de inclusão. São excluídos de direitos básicos, tais como moradia, saúde, educação; mantêm um escasso

acesso aos bens culturais e de consumo; escasso acesso à fala, vivendo uma situação de expropriação e esquizofrenia simbólica.

Os rapazes do Sacolão pertencem a essa categoria dos "incluídos precariamente". No quadro das muitas exclusões que sofrem, nosso estudo volta-se sobretudo para esse último aspecto: a questão do acesso à palavra, da "aparição" desses setores no universo das representações.

No caso narrado, meu estranhamento não foi "descobrir" que aqueles rapazes falam e têm vida - marcada por desejos, valores, ações. Eu sei/sabia disso. O estranhamento foi da visibilidade com que naquele momento se mostrou a ruptura e distanciamento dos quadros de realidade. Claro, os rapazes falam: mas falam onde? Como? Quem constrói sua imagem social, pública?

A questão da comunicação é tratada muitas vezes do ponto de vista dos direitos individuais - direito à informação; direito de expressão. Naturalmente ela tem essa dimensão, e não se trata de minimizá-la. Mas ela deve ser tomada sobretudo do ponto de vista mais coletivo. É através da palavra, da construção de projetos e lugares de fala que os grupos sociais acedem ao universo das representações - e constróem sua identidade.

Nós nos damos a conhecer, dizemos quem somos - e nos construímos e reconhecemos enquanto tais - através dos discursos que proferimos. As identidades se constróem discursivamente, isto é: identidades são falas, discursos que dão visibilidade (projetam) traços de caracterização e de unificação, provocam compartilhamento - e por aí também estabelecem tanto os pares quanto os não iguais. Processos identitários estabelecem tanto as semelhanças e os semelhantes quanto à diferença e os diferentes - o outro.

Ora, nas sociedades estratificadas em que vivemos, marcadas pela diferença mas também pela dominação e intolerância, o "outro" não fala. Ele é "falado" pelos discursos identitários que, ao estabelecer o padrão (quem somos nós), vem exatamente posicioná-lo enquanto "outro" (o "outro" do "nós").

Onde é que o pobre fala? O rapaz do Sacolão, por exemplo, fala onde? Para além da sua fala no bairro, na esquina, no emprego antes dos fregueses chegarem, onde ele fala, permitindo-me conhecê-lo enquanto sujeito social, acessar sua "imagem pública"? Se conhecemos (e não é preciso encarecer aqui) a centralidade da mídia na sociedade contemporânea, seu papel na construção das representações coletivas, sabemos também que esse(s) outro(s) não ocupa(m) aí um lugar de destaque: não estão presentes na primeira página dos jornais, nos telejornais, nas telenovelas - pelo menos não enquanto atores principais, heróis positivos, encarnando os bons valores que nos

unificam e estabelecem nossa identidade. Eles são sim encontrados, mas em outros lugares - com freqüência nas páginas policiais e em alguns programas televisivos de cunho popular/popularesco - ligados a crime, droga, violência.

Aprendemos a naturalizar essa distinção de lugares. Mas se fizermos um esforço de estranhamento, constatamos que é no mínimo impressionante como tais associações - com crime, violência, ruptura - está colada à imagem do nosso "outro" social. Imagens que revelem outros aspectos do que eles são, de sua vivência, do seu lugar, não têm relevância social, nem midiática.

E quem define o quê e como eles - os pobres - serão falados, apresentados publicamente? Essa definição não é deles, não são eles que falam; eles são falados pelo "nós". Um "nós" que não é a maioria, mas fala como se fosse... O rapaz pobre e negro fala no Sacolão, antes dos fregueses chegarem; em casa, no boteco, na sinuca. Mas esses lugares não têm visibilidade pública....E eu o conheço assim: o moço de avental verde, diligente, bem comportado; ou, sem uniforme, como uma figura que eu cruzo na rua, que vejo como diferente de mim - e talvez me amedronte... Essas breves considerações traçam de certa forma o enquadramento analítico que busquei construir para apresentar nosso estudo sobre a incursão desses "outros" no cenário midiático - mais especificamente do caso "Rádio Favela".

"A rádio do povo, que fala do povo, para o povo"

No âmbito de um projeto mais amplo de pesquisa, sobre a complexa questão da identidade brasileira , um dos recortes empíricos com os quais trabalhamos refere-se a populações de periferia, e mais especificamente aos moradores do "Aglomerado da Serra" (conjunto de favelas de Belo Horizonte), orientando-nos para a apreensão de suas práticas comunicativas e seus lugares de fala.

Um desses lugares de fala foi a Rádio Favela FM, uma rádio criada em 1981, por moradores da Vila N. Sra. de Fátima, falando "do Aglomerado da Serra para o mundo". Ela entrava no ar à noite, sem concessão, e foi várias vezes lacrada pela polícia. Em 1996, consegue um alvará de funcionamento, concedido pela Prefeitura de Belo Horizonte, passando a ter o seu reconhecimento como entidade cultural. Em 2000, conquista a outorga de rádio educativa.

Apresentada como "a voz do morro", "a rádio do povo, que fala do povo, para o povo", ela assume um papel de representante dos interesses dos excluídos e busca desenvolver um trabalho de conscientização da comunidade em relação a seus direitos como cidadãos, ao uso e tráfico de drogas, à violência e aos problemas enfrentados nas periferias. Ela estabelece um espaço para discussões e críticas políticas, econômicas e sociais. Nas palavras de seu diretor, Misael, "Essa rádio não toca música não, toca é

idéia. Eles querem que a rádio toque música, pro povo consumir música e continuar dançando pro resto da vida. Mas a gente aqui gosta de balançar o beiço e isso incomoda."

Balançando o beiço, a rádio critica o governo, os políticos, denuncia a discriminação social, racial e espacial, empreendendo um discurso de valorização do morro e das pessoas de periferia. Mas também fala do dia-a-dia, das cenas prosaicas do cotidiano, das relações afetivas. De forma absolutamente informal, locutores e ouvintes conversam, expõem problemas privados, mandam recado, opinam sobre as mais variadas questões.

A grade de programação é heterogênea e incerta, o leque musical apresentado inclui todo tipo de gênero - samba, sertanejo, rap, pagode. A linguagem da rádio é chamada por eles de "favelês" - que seria uma fala particular da periferia, com suas gírias, expressões próprias, palavrões, falada num estilo absolutamente coloquial, marcado pela despreocupação com regras gramaticais e com a colocação de voz. Apesar de seu estilo "sujo" e de seu funcionamento desorganizado, a rádio vem se consolidando cada vez mais. Já dispõe de razoável infraestrutura técnica, tem um índice alto de audiência e seu trabalho vem sendo reconhecido por entidades locais e internacionais (já recebeu vários prêmios, inclusive duas condecorações da ONU).

Não é o propósito desta exposição estender mais na apresentação da rádio Favela , mas dirigir nossa indagação para o papel e o lugar que ela vem ocupando. Analisando essa rádio, podemos nos perguntar de sua importância: afinal, que papel ela cumpre, e que importância ela tem? Tomada em si mesma - análise da programação, nível de informação, desempenho dos apresentadores, coerência da proposta política - talvez pudéssemos apontar uma série de limites e deficiências, e inclusive lhe formular críticas.

Tomada, no entanto, pelo viés que viemos perseguindo - e que diz respeito à convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito - ela cumpre um papel não negligenciável e ocupa um espaço relevante. A rádio não é importante em si mesma, isoladamente, mas no quadro das relações que ela estabelece. É enquanto lugar de fala - lugar de expressão de um determinado grupo social, lugar onde este aparece e se coloca enquanto sujeito - que ela ganha relevância. Não se trata de dizer que ela "representa" o pobre, tomando essa representação enquanto tradução e soma de vozes e anseios (assim como entendemos, por exemplo - pelo menos teoricamente - a idéia da representação parlamentar). Na sua natureza de espaço de produção discursiva, uma rádio de favelados se constrói enquanto representação (ou presentação) de um outro sujeito social. A rádio é uma fala diferente, que se insere no contexto das outras

rádios, no espaço midiático quase como um "ruído" (tomando este conceito no sentido trabalhado na teoria da comunicação: perturbações que afetam a clareza e integridade de um processo comunicacional, abrindo sentidos novos e imprevistos). Nesse espaço (nessa rádio) o pobre não está sendo falado - ele fala. E o lugar da palavra é instituinte do sujeito social. Um sujeito social se constrói relacionalmente (no meio dos outros); o acesso à palavra lhe dá uma outra forma de aparição, de visibilidade pública (da mesma maneira como podemos entender que o não acesso à palavra produz um apagamento simbólico, um processo de sujeição, não só comunicacional, mas política). Tal compreensão vem inscrever a rádio, ou a dinâmica que ela institui, no campo dos processos identitários, ou de construção das identidades, do sentimento de pertencimento.

A questão da identidade, e das identidades culturais, pode ser pensada por muitos caminhos. S. Hall (1996; 2000) aponta duas perspectivas distintas. Falando de forma sucinta, a primeira delas se apresenta enquanto resgate das experiências históricas comuns, partilhamento de códigos simbólicos, busca das origens, das semelhanças, do substrato comum que unifica um grupo, uma sociedade.

Numa segunda acepção a identidade é pensada de forma menos definida e definitiva - duvida-se aqui da existência de elementos estáveis comuns (algo como uma essência) que acompanham e unificam um grupo social, e essa unificação, a identidade desse grupo passa a ser percebida enquanto construída num processo bem mais móvel e complexo de conjugação e costura dos pontos de similaridades, mas também de diferenças, que marcam sua experiência e constituem aquilo que ele é ou se tornou. A identidade aqui se refere tanto à igualdade, ao que é comum, quanto às diferenças, ao movimento entre elas, e é vista como "em processo"; uma produção que nunca se completa, formada e transformada no interior das representações construídas pelo grupo.

"As identidades culturais são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento." (Hall, 1996:70)

Marcada então pela igualdade e diferença, enquanto a costura entre pontos de igualdade e diferença, a questão identitária se aloja então no terreno das representações, das produções discursivas através das quais um grupo social, falando-se e falando de suas coisas, se posiciona. A questão da identidade aparece na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas: as identidades se constróem na interseção entre os discursos que nos posicionam (que nos colocam, nos dão visibilidade frente ao outro) e nosso efetivo posicionamento enquanto sujeitos. Está

alojada na interseção e na dinâmica reflexiva que se estabelece entre discursos e posicionamentos.

Voltando então ao que dissemos acima, e analisando a Rádio Favela sob a perspectiva das identidades culturais, ou dos processos identitários tomados enquanto dinâmica de posicionamentos, enfatizamos que a riqueza dessa experiência não pode ser resumida na existência de uma rádio de favelados, na rádio tomada na sua singularidade . Sua importância (e o efetivo papel que ela joga) se inscreve no quadro das relações que ela estabelece com outras formas comunicativas, com o "nós" das identidades brasileira e globalizada - em resumo, com os outros discursos que posicionam o lugar dos excluídos. Sem dúvida, a existência da rádio, a criação desse lugar de fala marca um reposicionamento desses atores na cena e no diálogo social; assume uma dimensão estratégica e posicional.

3 A RÁDIO ENQUANTO "RUÍDO"

Após esse breve percurso, analisando a rádio enquanto lugar de fala, e situando essa questão no âmbito dos processos identitários, terminaria minha exposição reconduzindo esta discussão para o terreno da cidade e da convivência urbana - lembrando o panorama da cidade enquanto zona de contigüidades, de mundos paralelos que se tocam.

Onde estão, como ficam e como ecoam na cidade essas muitas e diferentes vozes? Qual seu alcance?

Buscando responder essas questões, faço apelo aos conceitos de verticalidade e horizontalidade trabalhados por Mílton Santos para analisar os novos contornos e características dos espaços geográficos no mundo da globalização. As verticalidades - espaço de fluxos, formado por um conjunto de pontos que respondem por tarefas produtivas características das atividades econômicas dominantes no mundo atual - referem-se aos "atores do tempo rápido", aos "macroatores" que organizam (direta ou indiretamente) o trabalho de todos os outros. Trata-se de uma dinâmica portadora de uma racionalidade hegemônica, que atua na perspectiva da unificação e homogeneização.

"(Esse) espaço de fluxos tem o papel de integração com níveis econômicos e espaciais mais abrangentes. Tal integração, todavia, é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes." (Santos, 2000:106-107) (grifo nosso).

As horizontalidades, por seu turno, são da ordem dos processos locais, das motivações do lugar. Compreendem o espaço banal, em oposição ao espaço econômico; são zonas de contiguidade, produções localizadas e afeitas a uma integração solidária, orgânica, desenvolvida no quadro de um território e uma situação comuns. Essas dinâmicas se entrecruzam:

> As horizontalidades, pois, além das racionalidades típicas das verticalidades que as atravessam, admitem a presença de outras racionalidades (chamadas de irracionalidades pelos que desejariam ver como única a racionalidade hegemônica). Na verdade, são contra-racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades. (Santos, 2000:110)

O conceito de horizontalidade realça o papel e a força do lugar, do local, do próprio; ele chama atenção para o fato de que as pessoas, grupos, instituições realizam, por dentro, o mundo a sua maneira. Assim, a luta pela cidadania, que se inscreve num terreno marcado pelas racionalidades típicas das verticalidades, depende também das soluções a serem buscadas e construídas localmente. Ao poder das estruturas e da dinâmica padronizadora da globalização, se opõe o tecido flexível das relações cotidianas - móvel, adaptável, plural.

Tais distinções se aproximam da discussão empreendida por Muniz Sodré , a propósito do conceito de minoria. Para o autor, no contexto de uma reflexão crítica sobre as condições democráticas das sociedades contemporâneas, o conceito de minoria se afasta de um sentido quantitativo inicial para se revestir cada vez mais de um sentido qualitativo: o conceito de minoria se refere à impossibilidade da fala plena e à luta pelo acesso à palavra. Por esse caminho, a minoria nomeia um lugar: não apenas um lugar marcado por um distanciamento e impossibilidade de fala, mas também um lugar de transformação. Assumir o lugar de minoria significa uma tomada de posição destinada a convulsionar uma ordem estabelecida, ressalta Sodré.

Tais conceitos - horizontalidades, minoria - dão novos revestimentos à leitura das experiências comunicativas de populações excluídas (a rádio Favela, entre outras), possibilitando-nos percebê-las enquanto manifestação e construção de um "lugar" de minoria; enquanto da ordem das horizontalidades, do local, do tecido poroso das relações cotidianas.

Mais ainda, também nos possibilita ir além da simples inserção ou nomeação dessa experiência, entendendo seu potencial inovador - e revolucionário. Por que não é de outro lugar senão desse, das horizontalidades, do lugar das minorias, que podem

surgir as falas e os "ruídos" que, contrapondo-se às racionalidades homogeneizadoras, levem ao questionamento da ordem dominante.

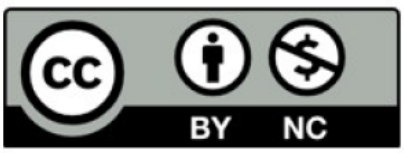
A pequena peça teatral das bonecas encenava uma superposição mágica de lugares. O teatro da vida cotidiana, encenado no palco da miséria e da segregação, não apenas coloca em cena atores reais - mas capazes de provocar desfechos imprevisíveis e, quem sabe, de mudar o texto da peça.

REFERÊNCIAS:

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24. Brasília: Iphan/MEC, 1996.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz T. (org.). Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: GUILHERME VELHO, O. (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Copyright (c) 2001 Autor(es) / Copyright (c) 2001 The author(s)
The copyright of works published in this journal belong to the authors, and the right of first publication is conceded to the journal. Due to the journal being of open access, the articles are of free use in research, educational and non-commercial activities.